ISSN: 2358-8829

A INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO: CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Rafael Almeida Silva [1]
Emanuel Silva de Carvalho [2]
Bruno Willyam da silva Lima [3]
Ana Catarina Reis Cantanhede [4]
Maria Alda Pinto Soares [5]

INTRODUÇÃO

educação inclusiva é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e tem como objetivo assegurar que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, a inclusão busca garantir não apenas o ingresso dos estudantes nas instituições de ensino, mas também sua permanência, participação e aprendizagem ao longo da formação académica.

Nas últimas décadas, a educação inclusiva ganhou maior destaque nas discussões educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas ao respeito à diversidade. Entretanto, ainda existem desafios que dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência, como barreiras físicas, dificuldades de acessibilidade, ausência de materiais adaptados e práticas pedagógicas que nem sempre atendem às necessidades individuais.

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, almeida.rafael@acad.ifma.edu.br;
[2] Graduado pelo Curso de Licenciatura em ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, emanuelc@acad.ifma.edu.br.;
[3] Graduado do Curso de Licenciatura em ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, brunow@acad.ifma.edu.br;
[4] Graduado do Curso de Licenciatura em ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão - IFMA,, ana.catarina@acad.ifma.edu.br;
[5] Professora orientador: Maria Alda Pinto Soares - Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, prof.maria,pintosoares@acad.ifma.edu.com.edu,br

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é qualitativa e consiste em um relato de experiência baseado nas vivências de estudantes com deficiência do IFMA Campus Codó. Foram analisadas experiências relacionadas à acessibilidade, adaptação acadêmica, convivência, ações do NAPNE e acompanhamento institucional. As informações foram organizadas e analisadas de forma descritiva, buscando identificar as principais contribuições do núcleo para a inclusão educacional. A análise também considerou a importância do envolvimento da instituição, dos professores e dos demais profissionais na construção de práticas inclusivas.

Assim, a metodologia adotada possibilitou discutir a relevância do NAPNE como espaço de apoio e orientação, destacando a necessidade de fortalecer as ações de acessibilidade e inclusão para garantir melhores condições de aprendizagem, participação e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva constitui um dos princípios fundamentais da educação

contemporânea, pois busca assegurar o direito de todos os indivíduos ao acesso, à permanência e à aprendizagem em ambientes educacionais que respeitem as diferenças e valorizem a diversidade. Esse modelo educacional rompe com práticas excludentes e propõe uma nova forma de pensar a educação, baseada na igualdade de oportunidades, no respeito singularidades e na garantia dos direitos humanos.

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços educacionais e sociais. Em diferentes períodos históricos, prevaleceram práticas de segregação, nas quais esses indivíduos eram considerados incapazes de aprender ou participar ativamente da sociedade.

Com o avanço das discussões sobre direitos humanos e cidadania, iniciou-se um processo de transformação das políticas públicas, buscando garantir a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais.

No Brasil, importantes marcos legais contribuíram para fortalecer a educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser

ISSN: 2358-8829

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Além disso, a Constituição determina que o ensino deve ser oferecido em igualdade de condições para acesso e permanência na escola, garantindo oportunidades para todos os cidadãos.

Outro importante avanço ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que assegura a educação especial como modalidade de ensino e prevê o atendimento aos estudantes com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Essa legislação reforça a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais para atender às necessidades específicas dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis.

Em 2008, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento que representa um marco na consolidação das políticas inclusivas no Brasil. Essa política orienta que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenham acesso ao ensino regular, recebendo os apoios necessários para seu desenvolvimento acadêmico e social. Nesse contexto, a inclusão escolar não se resume apenas à matrícula dos estudantes nas instituições de ensino. Segundo estudiosos da área, incluir significa garantir participação efetiva, aprendizagem significativa e condições adequadas para que todos os estudantes possam desenvolver suas capacidades e potencialidades. Assim, a escola e as instituições de ensino superior devem estar preparadas para atender à diversidade humana, eliminando barreiras que dificultam o processo educativo.

As barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência podem ser de diferentes naturezas. Existem as barreiras arquitetônicas, relacionadas às dificuldades de acesso físico aos espaços; as barreiras comunicacionais, que dificultam a troca de informações; as barreiras pedagógicas, associadas às metodologias e materiais inadequados; e as barreirasatitudinais, caracterizadas pelo preconceito, discriminação e falta de conhecimento sobre a inclusão.

Entre essas barreiras, as atitudinais merecem destaque, pois muitas vezes são as mais difíceis de superar. O preconceito e a falta de sensibilidade podem gerar exclusão e dificultar a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas. Dessa forma, a construção de uma cultura inclusiva depende não apenas de recursos materiais, mas também da conscientização e do compromisso de toda a comunidade acadêmica.

No ensino superior, a inclusão apresenta desafios ainda maiores, pois os estudantes precisam lidar com exigências acadêmicas mais complexas e, muitas vezes, com estruturas institucionais que ainda não estão totalmente adaptadas às suas necessidades. Nesse cenário, torna-se indispensável a implementação de políticas institucionais que garantam apoio e acompanhamento aos estudantes com deficiência.

ISSN: 2358-5829

É nesse contexto que surgem os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Esses núcleos têm como principal objetivo promover a inclusão e a acessibilidade nas instituições de ensino, desenvolvendo ações que favoreçam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

O NAPNE atua como um espaço de acolhimento e orientação, oferecendo suporte pedagógico, acompanhando as demandas dos estudantes e promovendo a articulação entre alunos, professores, técnicos administrativos e gestores. Além disso, o núcleo realiza ações educativas, palestras, campanhas de conscientização e atividades voltadas para a promoção da diversidade e do respeito às diferenças.

No Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Codó, o NAPNE possui papel fundamental no fortalecimento da educação inclusiva. Por meio de suas ações, o núcleo busca garantir condições adequadas para que os estudantes com deficiência possam participar plenamente das atividades acadêmicas, superando barreiras e desenvolvendo sua autonomia.

As experiências vivenciadas pelos estudantes demonstram que a existência do NAPNE contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida acadêmica. O acompanhamento realizado pelo núcleo favorece a adaptação ao ambiente universitário, fortalece a autoestima dos estudantes e amplia suas possibilidades de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o NAPNE também exerce importante função na orientação dos professores, auxiliando na elaboração de estratégias pedagógicas mais inclusivas e no desenvolvimento de práticas que respeitem as necessidades específicas dos estudantes. Essa atuação colaborativa contribui para a construção de um ambiente educacional mais acessível, democrático e acolhedor.

Outro aspecto importante refere-se à acessibilidade. A inclusão efetiva depende da existência de recursos e adaptações que permitam aos estudantes participar das atividades acadêmicas com autonomia e segurança. Isso inclui desde a eliminação de barreiras físicas até a disponibilização de materiais adaptados, tecnologias assistivas e metodologias de ensino diversificadas.

A acessibilidade, portanto, deve ser compreendida como um direito e como um instrumento de promoção da cidadania. Quando a instituição investe em acessibilidade, ela não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade acadêmica, tornando o ambiente mais humano, acolhedor e preparado para a diversidade.

Dessa forma, a educação inclusiva no ensino superior representa um compromisso social e ético, que exige o envolvimento de gestores, professores, estudantes e toda a sociedade. Promover a inclusão significa reconhecer as diferenças como parte da condição humana e construir espaços onde todos possam aprender, participar e desenvolver suas potencialidades.

ISSN: 2358-8829

Assim, a atuação do NAPNE no IFMA Campus Codó evidencia que a inclusão vai além do cumprimento de leis e normas. Trata-se de um processo contínuo de transformação social, no qual a valorização da diversidade e o respeito às diferenças tornam-se elementos essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e de qualidade para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da minha experiência como estudante com deficiência no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Codó, compreendo que a educação inclusiva é um processo que exige acolhimento, respeito às diferenças e apoio durante toda a trajetória acadêmica. Minha vivência no ensino superior permite refletir sobre a importância do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) para minha permanência na instituição e para o desenvolvimento das minhas atividades acadêmicas.

O acompanhamento oferecido pelo NAPNE representa um importante apoio durante minha formação, pois esse núcleo tem a função de acolher os estudantes com deficiência, identificar suas necessidades e contribuir para a busca de condições adequadas de aprendizagem. Nesse contexto, o atendimento deve considerar as particularidades de cada estudante, respeitando suas dificuldades, capacidades e potencialidades. Para mim, é importante contar com um espaço em que minhas necessidades educacionais possam ser consideradas e em que seja possível buscar orientação diante dos desafios encontrados durante o curso.

No ambiente da sala de aula, a inclusão depende não apenas da presença do estudante com deficiência, mas também das atitudes dos professores e das estratégias pedagógicas utilizadas. Durante minha formação, percebo a importância de os docentes compreenderem que cada estudante possui suas próprias características e maneiras de aprender. Por isso, o diálogo entre professores, estudante e NAPNE é importante para identificar as necessidades existentes e buscar alternativas que favoreçam a participação nas aulas.

Outro aspecto importante refere-se às atividades acadêmicas e às possíveis adaptações pedagógicas. As atividades adaptadas, quando necessárias, devem considerar as necessidades específicas do estudante sem comprometer os objetivos de aprendizagem. A utilização de diferentes estratégias de ensino, explicações acessíveis e materiais

adequados pode contribuir para uma melhor compreensão dos conteúdos trabalhados nas disciplinas. Dessa maneira, a adaptação pedagógica não deve ser entendida como um privilégio, mas como uma possibilidade de garantir condições mais justas de participação e aprendizagem.

Minha experiência também permite refletir sobre a conduta dos professores diante das necessidades dos estudantes com deficiência. O respeito, a paciência, a compreensão e a disposição para dialogar são atitudes importantes para construir um ambiente acadêmico inclusivo. Quando os docentes demonstram abertura para compreender as dificuldades apresentadas e buscar alternativas pedagógicas, contribuem para que o estudante se sinta respeitado e tenha melhores condições de participar das atividades propostas. Por outro lado, a falta de diálogo e de adaptação pode dificultar a aprendizagem e tornar a trajetória acadêmica mais desafiadora.

Nesse sentido, considero que o trabalho desenvolvido pelo NAPNE precisa estar articulado com as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula. O acompanhamento do núcleo pode contribuir para orientar os professores sobre as necessidades educacionais específicas e incentivar a construção de estratégias que favoreçam a inclusão. Entretanto, esse processo exige o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, pois a responsabilidade pela educação inclusiva não deve ficar restrita a um único setor da instituição.

A partir dessa reflexão sobre minha trajetória acadêmica, compreendo que a permanência de um estudante com deficiência no ensino superior envolve diferentes fatores, como acessibilidade, acolhimento, acompanhamento pedagógico e respeito às diferenças. O acesso à instituição representa apenas uma etapa do processo de inclusão. É necessário garantir condições para que o estudante consiga acompanhar as atividades, participar das aulas e desenvolver suas capacidades ao longo da formação.

Portanto, este relato evidencia a importância de olhar para a inclusão a partir da experiência concreta do próprio estudante. Mais do que apresentar os benefícios do NAPNE de maneira geral, é necessário compreender como o atendimento recebido, as relações estabelecidas com os professores e as estratégias pedagógicas utilizadas influenciam a experiência acadêmica. Dessa forma, fortalecer a atuação do NAPNE no IFMA Campus Codó e ampliar o diálogo com os docentes são medidas importantes para contribuir com uma educação mais acessível, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFMA Campus Codó desempenha um papel importante na promoção da educação inclusiva e na permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. Suas ações de apoio, orientação e acompanhamento contribuem para a redução das barreiras educacionais e para a construção de um ambiente acadêmico mais acessível e acolhedor. Dessa forma, destaca-se a importância da participação dos professores, gestores e demais profissionais no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as necessidades específicas de cada estudante. Também é necessário fortalecer as políticas de acessibilidade e ampliar as ações de conscientização sobre o respeito às diferenças. Portanto, a inclusão não significa apenas garantir o acesso à instituição, mas também oferecer condições para que os estudantes possam aprender, participar e concluir sua formação acadêmica com autonomia e igualdade de oportunidades. Assim, fortalecer o NAPNE é contribuir para uma educação mais democrática, humana e comprometida com os direitos das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Ensino superior; NAPNE; Acessibilidade; Estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. **Documentos institucionais sobre inclusão e acessibilidade**. São Luís: IFMA, [s.d.].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.